



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM 1	Serviços de interpretação e tradução para libras - INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA PRESENCIAL		
Horas dupla de intérpretes	Quantidade horas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
Prestação de serviços em dia normal (segunda a sexta-feira, das 07h às 22h)	28	305,75	8.561,00
Prestação dos serviços aos sábados (hora normal +50%)	20	458,62	9.172,40
Prestação dos serviços aos Domingos/Feriados (hora normal+100%)	12	611,50	7.338,00
Prestação dos serviços em horário noturno (hora normal +20%)	8	366,90	2.935,20
VALOR TOTAL DO ITEM 01 - 24 MESES			28.006,60
Intervalo mínimo entre os lances			5,00

ITEM 2	Serviços de interpretação e tradução para libras - INTERPRETAÇÃO (ou REMOTA) SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA ONLINE
-------------------	---

Horas dupla de intérpretes	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
Prestação de serviços em dia normal (segunda a sexta-feira, das 07h às 22h)	692	305,75	211.579,00
Prestação dos serviços aos sábados (hora normal +50%)	40	458,62	18.344,80
Prestação dos serviços aos Domingos/Feriados (hora normal+100%)	20	611,50	12.230,00
Prestação dos serviços em horário noturno (hora normal +20%)	8	366,90	2.935,20
VALOR TOTAL DO ITEM 01 - 24 MESES			245.089,00
Intervalo mínimo entre os lances			5,00

1.2. Para esta contratação o objeto foi dividido em dois itens, conforme a sua forma de prestação (presencial ou on-line), podendo ser ofertado preços para todos os itens ou somente para o item de interesse.

1.3. No comprasnet deverá ser lançado o quantitativo 1 (um) e o valor total do item para 24 meses.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 24 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. A vigência da prestação dos serviços está prevista para ter início em 09 de novembro de 2023, ou na data da assinatura do contrato, caso a assinatura ocorra em data posterior à indicada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade administrativa a ser atendida é a promoção ampla e irrestrita da acessibilidade de deficientes auditivos às ações, informações, decisões e julgamentos dos processos que tramitam neste TRE/MS, assegurando o direito de todos à informação. Garantir a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais, removendo qualquer barreira de comunicação entre estes e a instituição e está em sintonia com as legislações vigentes sobre acessibilidade e inclusão, consoante normas abaixo transcritas:

- Resolução TSE Nº 23.381, de 19 de junho de 2012 que institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- Resolução CNJ n. 401/2021 - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade

e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

- Lei Federal nº 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Decreto 9.656/18 que altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, prevê, em seu Art. 26, § 1º, 2º e 3º;
- Norma brasileira - ABNT NBR 9050
- Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 16;

2.2. Ademais, a presente contratação busca dar cumprimento aos quesitos de acessibilidade no sítio da internet do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, determinados no Ranking da Transparência, instituído pela Portaria 82/2023 do CNJ (Processo SEI TRE/MS nº. 0001798-10.2023.6.12.8000).

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI nº 0009204-19.2022.6.12.8000 publicado na página deste TRE/MS na internet.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

3.1. O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul zela pelo cumprimento da legislação vigente relativa as pessoas com necessidades especiais, entre elas a utilização de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais, em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.

3.2. A descrição dos serviços segue o disposto nas cláusulas seguintes:

3.2.1. Serviços executados na forma Presencial - item 01

Item 01 - INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA PRESENCIAL

a) A prestação de serviços ocorrerá em local indicado pelo CONTRATANTE para o evento.

a.1) Os intérpretes deverão comparecer ao local do evento com antecedência de minutos do início dos trabalhos, a fim de que possam receber orientações acerca a ser prestado. Esse período não será computado como hora trabalhada para contabilização do pagamento da prestação do serviço.

a.2) Os serviços serão desempenhados na Sede do TRE/MS, na Rua Desembargador Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, no prédio do Fórum Eleitoral de Campo Grande, Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio ou em local estabelecido pela Administração, todos em Campo Grande/MS.

a.2.1) O deslocamento dos profissionais até o local da prestação dos serviços é de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.1.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DO ITEM 01

Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - ANO - Eventos (PRESENCIAL).

ANO	QUANTIDADE DE EVENTOS	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Anual	4	4 horas cada evento	16 horas

Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - A ELEITORAL - Eventos (PRESENCIAL).

ANO	QUANTIDADE DE EVENTOS	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Anual	3	4 horas cada evento	12 horas

Serviços prestados aos Finais de Semana/Feriados/Noturno (PRESENCIAL)

DIA	QUANTIDADE ESTIMADA DE EVENTOS	CÁLCULO DO VALOR DA HORA
SÁBADOS	5	VALOR DA HORA ACRESCIDO DE 50%
DOMINGOS E FERIADOS	3	VALOR DA HORA ACRESCIDO DE 100%
Noturna	2	

3.2.2. Serviços executados na forma on-line - item 02

Item 02 - INTERPRETAÇÃO (ou REMOTA) SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA ONLINE

a) O intérprete presta os serviços fora do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, casa, empresa, ou em outro local):

a.1) O intérprete deverá acessar um link que será encaminhado e deverá ter boa Internet para garantir a continuidade da transmissão de sua imagem ou voz;

a.2) A CONTRATADA deve possuir câmera para transmitir sua imagem de forma caso de interpretação para a língua de sinais;

a.3) A CONTRATADA deverá ter recursos para acompanhar o restante do evento (apresentação do orador, o outro intérprete e demais participantes) ao mesmo que transmite sua imagem ou voz;

a.4) A CONTRATADA deverá estar em local reservado, bem iluminado, silencioso não haja trânsito de pessoas ou de animais de estimação, com parede ou fundo (branco ou verde);

a.5) A CONTRATADA deverá acessar o link com antecedência mínima de 20 minutos para realizar testes e ajustes necessários, conforme orientações da equipe responsável pelo evento.

3.2.2.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DO ITEM 02

Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - A ELEITORAL - Sessões Plenárias - ONLINE

MÊS	QUANTIDADE DE SESSÕES	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Janeiro	5	2 horas cada sessão	10 horas
Fevereiro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Março	8	2 horas cada sessão	16 horas

Abril	8	2 horas cada sessão	16 horas
Maio	8	2 horas cada sessão	16 horas
Junho	8	2 horas cada sessão	16 horas
Julho	8	2 horas cada sessão	16 horas
Agosto	8	2 horas cada sessão	16 horas
Setembro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Outubro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Novembro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Dezembro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Total Anual	93	-	186 horas

**Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - ANO
- Sessões Plenárias - ONLINE**

MÊS	QUANTIDADE DE SESSÕES	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Janeiro	5	2 horas cada sessão	10 horas
Fevereiro	8	2 horas cada sessão	16 horas
Março	8	2 horas cada sessão	16 horas
Abril	8	2 horas cada sessão	16 horas
Maio	8	2 horas cada sessão	16 horas
Junho	8	2 horas cada sessão	16 horas
Julho	8	2 horas cada sessão	16 horas
Agosto	15	4 horas cada sessão	60 horas
Setembro	15	4 horas cada sessão	60 horas
Outubro	15	4 horas cada sessão	60 horas
Novembro	15	4 horas cada sessão	60 horas
Dezembro	15	4 horas cada sessão	60 horas
Total Anual	128	-	406 horas

Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - ANO - Eventos (ONLINE).

ANO	QUANTDADE DE EVENTOS	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Anual	16	4 horas cada evento	64 horas

Quadro explicativo estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - A ELEITORAL - Eventos (ONLINE).

ANO	QUANTDADE DE EVENTOS	QUANTIDADE DE HORAS (média)	TOTAL DE HORAS
Anual	9	4 horas cada evento	36 horas

Serviços prestados aos Finais de Semana/Feriados/Noturno (ONLINE)

DIA	QUANTIDADE ESTIMADA DE EVENTOS/SESSÕES PLENÁRIAS	CÁLCULO DO VALOR DA HORA
SÁBADOS	10	VALOR DA HORA ACRESCIDO DE 50%
DOMINGOS E FERIADOS	5	VALOR DA HORA ACRESCIDO DE 100%
Noturna	2	

3.3. Os quantitativos acima representam tão somente uma estimativa, podendo o TRE/MS, de acordo com sua demanda, reduzir ou aumentar esse quantitativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- *Consórcio*

4.1. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

- *Sustentabilidade:*

4.2. O próprio objeto da contratação visa a promoção do desenvolvimento sustentável, na categoria social, com a promoção de acessibilidade dos atos, decisões e julgamentos deste órgão.

4.2.1. No mais, a contratação não exige a observância de critérios específicos de sustentabilidade para a execução do objeto. No entanto, pode-se afirmar que a prestação dos serviços de interpretação e tradução em linguagem brasileira de sinais - Libras, utiliza-se de inovação que reduz a pressão sobre recursos naturais (Critério de Sustentabilidade constante do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU), qual seja, prestação do serviço mediante utilização de sistema de videoconferência (on-line), que reduz sobremaneira o deslocamento dos profissionais até o local da sessão plenária/evento. Isso porque evita a geração de gastos com equipamentos; disponibilização de espaço adequado no local da prestação do serviço; consumo de energia e outros recursos, diminuindo consequentemente o impacto ambiental.

4.2.2. De todo modo, a Contratada deverá observar, no que cabível, a Portaria DG/TRE/MS nº 130/2023 e a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

- *Garantia da contratação*

4.3. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- *Subcontratação*

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- *Natureza dos serviços*

4.5. O serviço a ser contratado deve ser considerado de natureza continuada, pois decorre de lei e, devido a seu caráter essencial, se estenderá por mais de um exercício financeiro, para abranger um ano eleitoral e ano não eleitoral, devido aos quantitativos diferentes para cada um.

4.6. Um dos objetivos da contratação almejada é o cumprimento dos dispositivos acerca da acessibilidade exigidos pela legislação em vigor (Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, Resolução CNJ 230/2016, Resolução TSE 23.381/2012 e Resolução TRE 9493/2019).

- *Qualificação técnica operacional:*

4.7. A CONTRATADA deverá atender a legislação que rege a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS e as normas que atendam a saúde ocupacional desses profissionais, provendo o número de intérpretes necessários para atender as demandas especificadas na ordem de serviço.

4.8. Para a execução do objeto contratual, a empresa contratada deverá dispor de profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS para realização das atividades concernente ao objeto da contratação.

4.8.1. Os profissionais que atuarão como tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, deverão ter domínio e fluência nas duas línguas, com formação profissional formalmente comprovada, que atendam aos requisitos da Lei n.º 12.319/2010 (Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS) e experiência profissional.

4.8.2. A escolaridade poderá ser comprovada mediante a apresentação de diploma de graduação em curso de bacharelado em Letras-Libras, emitido por instituição de educação superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou de certificado de nível médio que demonstre ter realizado pelo menos uma das opções a seguir:

- a) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- b) cursos de extensão universitária;
- c) cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;
- d) formação de tradutor e intérprete de Libras realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no Item "c".
- e) Certificado de proficiência em Linguagem Brasileira de Sinais - PROLIBRAS, nos termos do art. 19 do Decreto 5.626/2005.

4.8.3. A comprovação da experiência profissional com a execução dos mesmos serviços (tradução e interpretação em libras) em eventos similares, poderá ser feita mediante a apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, podendo ser substituído por:

- a) apresentação de declaração de Associação de Surdos ou Instituição reconhecida que comprove a atuação como intérprete de Libras junto à comunidade surda; ou
- b) registro de contrato de trabalho em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

na área objeto da presente contratação; ou

c) contrato de prestação de serviços de intérprete e tradução de libras.

4.9. A contratada deverá, quando da assinatura do contrato, indicar os profissionais que colocará a disposição do TRE/MS, comprovando sua escolaridade e formação profissional, mediante apresentação de documentação, conforme estabelecido nas cláusulas 4.8.2 e 4.8.3.

4.9.1. No decorrer da contratação, em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, relação contendo os dados dos profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes de cada evento/sessão plenária, juntamente com a comprovação da qualificação e cada profissional, nos termos do exigido neste Termo de Referência.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) destina-se às diversas manifestações públicas realizadas pelo TRE/MS, tais como sessões de julgamento ordinárias, extraordinárias e solenes, além de eventos com a participação de público externo, podendo ser realizada nas seguintes modalidades:

a) Eventos presenciais ao vivo: por meio de interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do intérprete de LIBRAS no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador;

b) Eventos não presenciais transmitidos ao vivo: por meio de interpretação simultânea remota (RSI), com transmissão ao vivo pelos canais do TRE-MS na internet (YouTube e/ou redes sociais), em espaço ou janela de LIBRAS, sendo que o intérprete se encontra em local diverso da realização do evento ou de onde fala o orador;

c) Eventos gravados previamente: por meio de gravação prévia da interpretação em LIBRAS para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação na internet: site, canal do YouTube e redes sociais do TRE-MS.

5.2. O serviço será executado sob demanda, de acordo com as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

5.3. A contratada cede e transfere ao CONTRATANTE todos os direitos autorais conexos ao objeto do contrato, inclusive os de imagem, com ou sem som, de forma gratuita, mediante a assinatura do Termo de Cessão de Uso de Voz e Imagem por cada profissional.

5.4 O serviço será prestado por 02 (dois) intérpretes, em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, para assegurar o adequado repouso dos profissionais, conforme preconiza a Federação e Associação da Classe.

5.4.1. O quantitativo previsto para o período da contratação descrito nos capítulos 1 e 3 deste Termo de Referência representa tão somente uma estimativa, podendo o TRE/MS, de acordo com sua demanda, requerer mais ou menos horas.

5.4.2. A forma de remuneração da contratada será de acordo com a prestação do serviço demandado e com a quantidade de horas efetivamente prestadas. O valor unitário considerará dois profissionais (dois intérpretes/hora).

5.4.3. A prestação dos serviços ocorrerá, via de regra, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre 7h00min e as 22h00min, de forma ordinária, que será considerado como expediente do Tribunal para fins desta contratação, sendo consideradas situações excepcionais o que exceder a carga horária do expediente normal e/ou atendimento aos sábados, domingos e feriados em que houver expediente.

5.4.4. Em ano eleitoral, devido ao aumento no quantitativo de horas de duração das sessões, em razão de procedimentos extraordinários, a prestação dos serviços poderá exceder o período normal, de segunda a sexta-feira, para contemplar sábados, domingos, feriados e horários diferenciados, em regime de plantão, estando previsto o quantitativo nos capítulos 1 e 3 deste Termo de Referência para essas demandas.

5.4.5. O valor mínimo de pagamento será de 1 (uma) hora. A primeira hora será paga como hora integral. A partir da 2ª (segunda) hora, o cálculo será feito pelo serviço efetivamente prestado, sendo assim, os valores acima da hora cheia serão pagos por hora fracionada.

5.4.5.1. A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos

profissionais será sempre aquela indicada na ordem de serviço, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à CONTRATADA. A hora de término considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será a hora em que a sessão/evento estiver efetivamente finalizada.

5.5. As Sessões Plenárias a serem realizadas pelo Tribunal em ano eleitoral foram estimadas em 128 (cento e vinte e oito), com duração média de 4 (quatro) horas, nos meses que compreendem o período eleitoral (agosto a dezembro) e de 2 (duas) horas para as demais.

5.6. Em ano não eleitoral, a quantidade de sessões estimada é de 93 (noventa e três) com duração média de 2 (duas) horas, cada uma.

5.7. Os demais eventos a serem realizados pelo Tribunal foram estimados em 16 (dezesesseis) - Modalidade: ONLINE - para o ano eleitoral e 9 (nove) - Modalidade: ONLINE - em ano não eleitoral, com tempo de duração previsto de 4 (quatro) horas cada; bem como de 4 (quatro) - Modalidade: PRESENCIAL - para o ano eleitoral e 3 (três) - Modalidade: PRESENCIAL - em ano não eleitoral, com tempo de duração previsto de 4 (quatro) horas cada. Para os serviços prestados aos Finais de Semana/Feriados/Noturno (ONLINE) foram estimados aos sábados - 10 (dez); domingos e feriados - 5 (cinco) e noturnos - 2 (dois), com duração de 4 (quatro) horas cada. Para os serviços prestados aos Finais de Semana/Feriados/Noturno (PRESENCIAL) foram estimados aos sábados - 5 (cinco); domingos e feriados - 3 (três) e noturnos - 2 (dois), com duração de 4 (quatro) horas cada.

5.8. As Sessões Plenárias ordinárias acontecem semanalmente, atualmente às segundas e terças feiras, às 17h, podendo chegar a um número maior de sessões, ocasião em que a contratada será avisada com antecedência mínima de 24h. As datas serão informadas pela fiscalização após a assinatura do contrato.

5.8.1. Poderão ser convocadas sessões extraordinárias, com antecedência mínima de vinte e quatro horas;

5.9. Os profissionais devem usar vestimentas de maneira sóbria e discreta, compatível com a liturgia requerida pelo evento;

5.9.1. Recomenda-se vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos. O tradutor/intérprete de pele clara deverá usar blusa na cor preta e o tradutor/intérprete de pele escura usar blusa na cor cinza.

5.10. Em se tratando do trabalho prestado de modo virtual, o profissional deve fazer uso de um ambiente silencioso e discreto.

5.10.1. O plano de fundo deverá ser nas cores branca ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica chromakeyer, porque essa técnica possibilita o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

5.10.2. O Intérprete deverá estar posicionado no centro do vídeo.

5.11. A critério do TRE/MS, poderá ser realizada filmagem ou fotografia do processo de interpretação.

5.11.1. A contratada deverá encaminhar ao TRE/MS prévia autorização de imagem e voz por parte do(s) profissional(is) alocado, emitida conforme modelo constante do Anexo III.

5.12. Nos casos de eventos gravados previamente, a CONTRATADA deverá promover a tradução/interpretação dos vídeos e demais conteúdos audiovisuais previamente submetidos a ela, através de profissional intérprete/tradutor de Libras habilitado, efetuar a gravação da tradução e, posteriormente, inseri-la no arquivo, com edição integrada, contendo janela própria de exibição, em consonância com os requisitos previstos na ABNT NBR 15290:2016.

5.13. Quando necessária a execução dos serviços, a Fiscalização emitirá Ordem de Serviços (OS), que deverá indicar:

- a. Dia(s), Mês e Ano da prestação dos serviços;
- b. Hora prevista para início da prestação dos serviços;
- c. Hora prevista para término da prestação dos serviços;
- d. Local/endereço detalhado da prestação dos serviços;
- e. Resumo de horas previstas para prestação dos serviços;

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.3.2. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidores da COORDENADORIA DE SESSÕES, DOCUMENTAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA (CSDJ) e ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM) do TRE/MS.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. emitir Ordens de Serviços à contratada com as informações dos serviços que serão

prestados, encaminhando à Contratada por meio eletrônico.

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento.

6.6.4. verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada.

6.6.5. comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas.

6.6.6. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Da emissão da Nota Fiscal

7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.1.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização Central do contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de modo a viabilizar o início do processo de pagamento.

7.1.2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.3. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.3.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.5. O pagamento será efetuado mensalmente, compreendendo os serviços prestados no mês imediatamente anterior, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta

corrente válida e em nome da **pessoa jurídica vencedora do certame licitatório.**

7.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.10. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

art. 6º [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. *(grifo nosso)*

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. Quando convocada pelo Pregoeiro, a empresa classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a PROPOSTA DETALHADA - vide Anexo IV, em que indicará os valores individuais e totais das horas da dupla de intérpretes, devidamente adequados ao último lance/valor negociado.

8.3.1 O valor unitário considerará dois profissionais (dois intérpretes/hora).

8.3.2. As horas estimadas para os serviços prestados nos domingos e feriados será acrescida NECESSARIAMENTE em 100%, nos sábados haverá acréscimo de 50% e horas eventualmente prestadas no período noturno, será acrescida de 20%.

8.3.3. O documento que trata a cláusula 8.3 deverá ser enviado através da ferramenta de

envio de arquivos do sistema Comprasnet **no prazo máximo de 02 (duas horas), após a convocação do Pregoeiro.**

8.4. Para a elaboração da proposta detalhada, o TRE/MS **recomenda, com veemência,** a utilização do Anexo IV do Edital (modelo de proposta detalhada), sendo que, no caso de apresentação do mencionado documento em formulário próprio, deverá a licitante transcrever **todas** as informações constantes do Anexo IV.

8.5. O não encaminhamento da documentação que trata a cláusula 8.3 no prazo estipulado na cláusula 8.3.3 e/ou o encaminhamento de formulários com informações incompletas (entendendo por incompletas as que impossibilitem a escoreita mensuração do objeto) acarretarão a RECUSA DA PROPOSTA.

8.5.1. Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados.

8.5.2. Caso sejam identificados erros/incorrekções na composição dos preços que não comprometam a prestação dos serviços, será a empresa informada pelo Pregoeiro e convocada para promover a alteração da proposta detalhada.

8.5.2.1. A empresa terá o prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados a partir da convocação do Pregoeiro através da ferramenta "chat" do sistema, para promover a adequação da proposta detalhada e encaminhá-la, mediante a ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet.

8.5.2.1.1. O não encaminhamento da proposta detalhada devidamente adequada no prazo que discriminado na cláusula anterior acarretará a RECUSA DA PROPOSTA.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação para 24 meses é de **R\$ 273.095,60 (duzentos e setenta e três mil noventa e cinco reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

d) Elemento de Despesa: 3390.30.79;

e) Plano Interno: ADM APOIO;

11. CAPÍTULO - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

12.1. As disposições ao reajuste e restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

13. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista em lei, providenciando a notificação da CONTRATADA por escrito sobre qualquer irregularidade constatada.

11.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

11.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que solicitarem os empregados da CONTRATADA para execução dos serviços.

11.4. Ordenar a imediata retirada do local e ainda a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, quando não justificado, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente.

11.5. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados conforme prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11.7. Realizar reunião com representantes da CONTRATADA antes do início da prestação dos serviços para tratar das peculiaridades do contrato.

11.8. Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual

14. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de Empenho, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

14.2. Indicar, quando da assinatura do contrato, os nomes dos profissionais que colocará a disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional, mediante apresentação de documentação que tratam as Cláusulas 4.8.2 e 4.8.3 e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo III).

14.3. Em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, relação contendo os dados dos profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes de cada evento/sessão plenária, juntamente com a comprovação da qualificação e cada profissional, nos termos do exigido neste Termo de Referência.

14.4. Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial, pela honestidade e discrição, pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional, pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e

econômica daqueles que dele necessitem e pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

14.5. Indicar/nomear, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, uma pessoa para atuar como PREPOSTO, para efetuar atendimentos aos profissionais alocados para a prestação dos serviços e que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações da CONTRATANTE.

14.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

14.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas do TRE/MS e fornecer todas as informações solicitadas pela contratante.

14.8. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE a qualificação exigida aos profissionais para prestação dos serviços.

14.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada aos prestadores de serviço, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a disposição de empregados necessários à perfeita execução do objeto contratual.

14.10. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar profissionais habilitados para a prestação dos serviços, observando os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

14.11. Registrar e controlar, a pontualidade e/ou cumprimento de prazos de seus empregados nos eventos/serviços, conforme definido neste Termo de Referência.

14.12. Manter o serviço contratado sem interrupção, assumindo responsabilidade na falta de pessoal e respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.

14.13. Quando solicitado pelo CONTRATANTE deverá haver a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de quaisquer empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse do serviço público, vedado o retorno à escala de serviço, mesmo que para substituições temporárias de seus funcionários.

14.14. Assumir inteira responsabilidade por danos, desvios causados ao patrimônio do TRE/MS ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados e prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

14.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

14.16. Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica NBR 15.290:2016 da ABNT e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

14.17. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 126, ambos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

14.18. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

14.19. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

14.20. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

14.21. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

14.22. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro

e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

14.23. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação do serviço, na forma disposta neste Termo de Referência.

14.24. Cumprir à CONTRATADA garantir que a conduta dos tradutores - intérpretes de LIBRAS seja pautada pelos preceitos contidos no artigo 7º da Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, devendo observar na execução dos serviços:

- a) com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial pela honestidade e discrição;
- b) pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- c) pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- d) pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Campo Grande, 25 de setembro de 2023.

Denise Cicalise Bossay

Integrante Demandante/Técnico

Sônia Aparecida Granja Anelli

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, Técnico Judiciário, em 23/10/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1526005** e o código CRC **D58AEF59**.

